



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Urbana**

## **OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA ARMADA NA EDUCAÇÃO NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ**

**EBLIN JOSEPH FARAGE<sup>1</sup>**

**ANDREIA SANTO MARTINS<sup>2</sup>**

**MARCOS PAULO HENRIQUES MARICATO<sup>3</sup>**

**MELISSA PEREIRA MUNIZ<sup>4</sup>**

### **RESUMO:**

A partir do método materialista histórico e dialético, de levantamento bibliográfico e pesquisa-ação, esse artigo traz dados e reflexões iniciais sobre os impactos da violência armada na vida educacional de criança e adolescentes das 16 comunidades do conjunto de favelas da Maré no Rio de Janeiro. A pesquisa em curso, dialoga com outros levantamentos de dados, realizados pela parceria entre instituição local e universidade pública.

**PALAVRAS CHAVES:** violência armada - educação básica - favela - Maré

### **ABSTRACT:**

Using the historical and dialectical materialist method, along with bibliographic research and action research, this article presents initial data and reflections on the impacts of armed violence on the educational lives of children and adolescents in the 15 favelas of Maré in Rio de Janeiro. The ongoing research engages with other data collections conducted through the partnership between a local institution and a public university.

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>2</sup> Redes da Maré - Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Universidade Federal Fluminense

<sup>4</sup> Universidade Federal Fluminense

**KEYWORDS:** armed violence – favelas - basic education – favela - Maré

## 1. Introdução

O presente artigo traz reflexões derivadas de pesquisa em curso no conjunto de favelas da Maré, sobre os impactos da violência armada do Estado na vida educacional de crianças e adolescentes. Inicialmente, os questionamentos giraram em torno dos impactos da pandemia na vida escolar de crianças e adolescentes e, no segundo momento, está sendo investigado os impactos da violência armada do Estado, impetrada de forma rotineira pelas operações policiais, no sistema educacional da Maré. A pesquisa, realizada através de uma parceria entre a universidade pública e uma instituição da Maré, tem por metodologia a pesquisa-ação, que trabalha com diferentes técnicas de pesquisa social, para melhor compreender a realidade social. Como afirma Thiolland (2011, p.32) “a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada”, buscando melhor conhecer a realidade para nela intervir.

Nas pesquisas, o papel exercido pelo Estado, via poder público municipal e estadual, ganha relevância e destaque, uma vez que se considera nesse processo investigativo, que há uma política direcionada, de baixa qualidade, para as políticas públicas desenvolvidas no território de favelas, como uma das expressões da política de subalternização impetrada pela sociabilidade capitalista, que se condensa no território da favela, como forma de controle, nos termos de Gramsci (2000).

No processo de investigação da pesquisa “Impactos da pandemia na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré”, iniciado em 2022, foi possível identificar que a situação de excepcionalidade gerada pela pandemia do novo coronavírus sarcov-19, havia imposto às crianças e adolescentes da Maré, ainda mais restrições que o cotidiano do território já impunham. Nossa hipótese inicial, era que os impactos da pandemia teriam efeito incisivo na vida escolar, uma vez que o poder público, seja do governo do estado ou do município do Rio de Janeiro, implementaram uma modalidade educativa, mediada pela tecnologia, absolutamente precária e inacessível para uma parte dos estudantes, e que para crianças e adolescentes de territórios de favelas, significou a intensificação da segregação educacional já existente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nesse processo, foi identificado, que tão ou mais grave que as dificuldades impostas pela pandemia para acessar a educação formal, é a violência armada do Estado. Uma constante, não apenas no período da pandemia, mas em toda a vida da favela, que acaba por impor limites importantes as crianças e adolescentes em sua vida escolar. A política de (in)segurança pública imposta as 15 comunidades do conjunto de favelas da Maré, vem sendo trabalhado e questionado pelas pesquisas realizadas pela organização não governamental local Redes da Maré, que investiga as operações policiais. Porém os números de dias em que há fechamento de equipamentos públicos na Maré, entre os quais as escolas públicas, precisam ter seus impactos na vida educacional de crianças e adolescentes da Maré, para além do fechamento. É necessário mensurar os efeitos psicossociais, para ampliar os argumentos para incidência política junto ao poder público.

Identificar os impactos da violência armada, portanto, da violência decorrente da política pública, planejada, executada e financiada pelo poder público, para além dos dias em que os equipamentos fecham, identificar os impactos no processo de ensino aprendizagem, passou a ser o condutor da pesquisa que origina este artigo.

A educação na Maré é impactada por uma simbiótica relação entre negligência do Estado; políticas públicas de baixa qualidade; violência armada das polícias e dos grupos armados locais. Essa relação impõe limites a circulação dos moradores da Maré na cidade, impactando no tempo-espaço de crianças e adolescentes; amplia a defasagem série-idade; precariza a estrutura das escolas, como a baixa oferta de segundo segmento do ensino fundamental e de ensino médio nas comunidades; amplia a falta de professores por medo e adoecimento; amplia a precarização do atendimento a crianças e adolescentes com deficiência, entre outros atravessamentos.

Para trazer elementos sobre essa simbiótica relação de múltiplas expressões da questão social, e de violações de direitos no território do conjunto de favelas da Maré, o presente artigo está dividido em três partes, além dessa introdução. A primeira parte traz elementos sobre o território da Maré, contextualizando o território como lugar de múltiplas violências, que se reverberam na vida cotidiana dos seus moradores. Na segunda parte, trazemos dados e reflexões sobre a educação, impactos da pandemia e da violência armada na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré. Finalizamos com apontamos, não conclusivos, mas instigantes, para ler a realidade e melhor intervir. Assim, articulando reflexões teóricas e os dados obtidos nas pesquisas em curso, foi possível elaborar esse artigo.

## 2. Contextualizando o território: O conjunto de favelas da Maré e a violência do Estado

O desenvolvimento econômico da América Latina possui uma particularidade complexa e peculiar em sua formação. Este desenvolvimento faz surgir, ao longo de sua história, análises por vezes dualistas e leituras que absorvem erroneamente o desenvolvimento dos países latinos, por um viés etapista de progressão econômica. Esta visão se dá pelo fato de que, nos países de capitalismo tardio, existe o que Fernandes (1981), Harvey (2006), Ianni (2004), entre outros, vão chamar de desenvolvimento capitalista desigual e combinado.

Este modelo de desenvolvimento necessita, de forma complexa e contraditória, da integração do que existe de mais avançado e moderno, produzido pela expansão do capital em sua fase monopolista, com os elementos sociais mais arcaicos e conservadores (Farage, 2023). Este funcionamento do capitalismo terá diversas expressões na realidade, influências sociais, culturais, políticas e geográficas.

Harvey (2006), ao analisar o capitalismo sob um viés geográfico, vai apontar como a dinâmica do processo de acumulação do capital é capaz de modificar o ordenamento do espaço e suas diversas formas de organização socioespacial, criando territórios extremamente desiguais entre si. Estes territórios irão desempenhar papéis distintos e necessários para vida social, que irá se organizar a partir deste processo, “em um movimento de interrelação e dependência mútua” (Farage, 2023, p. 93).

É neste contexto que as favelas irão surgir, integradas na lógica da produção capitalista sobre o espaço:

Recuperar o processo de constituição do urbano visualizando o desenvolvimento desigual e combinado possibilitou identificar a conformação das favelas cariocas como consequência da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, contradição própria do modo de produção capitalista (Farage, 2023, p. 228).

As favelas, então, irão se apresentar como um espaço marcado pela presença da classe trabalhadora, pela precariedade dos serviços e equipamentos urbanos e públicos e também do conflito armado, entre outras coisas<sup>5</sup>. Os diversos territórios de favelas terão formações, processos e histórias distintas, cada território é marcado e atravessado por diversas determinações distintas, porém, o Estado é sempre uma figura central na organização destes territórios. Ao nos aproximarmos do território da Maré, que aqui abordaremos, trataremos de

---

<sup>5</sup> Como a presença dos grupos evangélicos, por exemplo, ou do jogo do bicho.

questões que podem ser abordadas, em geral, por todos os territórios de favela.

A Maré, um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, representa um microcosmo das tensões e desigualdades que permeiam a urbanização na cidade. Composta por 15 favelas que abrigam aproximadamente 140 mil habitantes, a Maré se desenvolveu ao longo de décadas como resultado direto da exclusão socioespacial imposta pelo modelo capitalista de urbanização. Nesse processo, a favela se consolida como um território marginalizado, onde a precariedade habitacional, a violência e a ausência de direitos básicos são elementos estruturantes do cotidiano dos moradores.

A cidade ao ser adaptada à produção capitalista constitui o espaço urbano a partir de padrões de desenvolvimento e civilização próprios da industrialização [...] Cada vez mais a lógica da cidade empresa nega a lógica da cidade política. (Farage, 2023.p.225)

A urbanização da Maré reflete uma dinâmica em que a cidade formal e a informal coexistem, mas de maneira profundamente desigual. A falta de infraestrutura, a autoconstrução das moradias e a precariedade de serviços públicos adequados são marcas indeléveis da vida nas favelas, expondo a hegemonia capitalista no Estado em não garantir condições dignas de habitação e de vivência para uma parcela significativa da população. Essa realidade materializa a segregação socioespacial que caracteriza a metrópole carioca, onde as favelas são tratadas como áreas de exceção, desprovidas dos direitos garantidos aos demais territórios.

A precariedade das condições de vida, por si só, já torna temerário classificar o favelado como um cidadão urbano. Mas não é somente sob esse aspecto que a cidadania, entendida como um rol mínimo e exigências de direitos, está ausente. (Kowarick, 1993, p. 91)

O cotidiano na Maré é permeado pela violência estrutural do capitalismo, e pelas violências mediadas pelo poder público, meios de comunicação, e imaginário social, que conformam sobre moradores de favela, estigmas, estereótipos, preconceitos, racismo, sexismo e intolerância religiosa. Porém a presença de grupos armados e os confrontos frequentes com as forças de segurança pública tornam a violência um elemento central da experiência urbana nessa região. Segundo a Redes da Maré, em 2023, houve um aumento de 58,82% nas operações policiais, foram registrados 31 tiroteios e a ampliação da militarização do espaço urbano na Maré, evidenciando a precariedade da segurança e a vulnerabilidade dos moradores. Muitas vezes, a política de segurança é traduzida em mais violência e medo.

As contradições da urbanização se manifestam de forma aguda na Maré. Por um lado,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

existe uma tentativa de integrar esses territórios à cidade formal através de programas de urbanização e regularização fundiária; por outro, a realidade cotidiana dos moradores continua marcada pela precariedade e pela segregação. A Maré exterioriza essa dualidade, onde as promessas de integração se chocam com a manutenção de uma estrutura social que perpetua a desigualdade.

Farage (2023) nos mostra que a análise da conformação urbana da Maré revela mais do que uma simples falha na política habitacional; ela expõe as contradições profundas do desenvolvimento urbano capitalista. A favela se torna, assim, um espaço de resistência e sobrevivência, onde os moradores, apesar de todas as adversidades, constroem formas de vida e sociabilidade que desafiam a lógica segregadora da cidade. A Maré, nesse sentido, é tanto um reflexo das tensões sociais que atravessam o Rio de Janeiro quanto um testemunho da capacidade de resistência e adaptação dos seus habitantes.

Dessa forma, a segregação socioespacial, a precariedade habitacional e a violência são sintomas de uma urbanização que privilegia o capital em detrimento dos direitos humanos básicos. A partir da Maré, é possível entender como as desigualdades se enraízam no tecido urbano, criando uma cidade profundamente desigual e marcada por fronteiras invisíveis, mas extremamente reais, que dividem a sociedade carioca, e fazem com que a 'cidade maravilhosa' não seja para todos os seus moradores.

O conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, é um caso emblemático da insuficiência das políticas públicas em territórios periféricos, onde a infraestrutura existente é notoriamente inadequada. Com cerca de 140 mil habitantes, a Maré possui apenas quatro unidades de saúde da família, o que resulta em uma cobertura médica limitada a apenas 25% da população, conforme os dados da Redes da Maré (Redes da Maré, 2019). Essa escassez gera uma sobrecarga no sistema de saúde local, com longas filas de espera e atendimentos que frequentemente são insuficientes para suprir as necessidades básicas da comunidade.

No campo educacional, a situação não é menos grave. Das 49 escolas públicas presentes na Maré, sendo 46 são municipais e 04 estaduais, a maior parte enfrenta condições de funcionamento inadequadas, com falta de recursos essenciais como materiais didáticos e infraestrutura física. Esse cenário reflete diretamente no desempenho escolar dos estudantes, resultando em taxas elevadas de evasão e repetência. Segundo Caldeira (2000), a ausência de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

investimentos públicos suficientes em áreas vulneráveis agrava a exclusão social, privando crianças e jovens de uma educação de qualidade, essencial para quebrar o ciclo de pobreza.

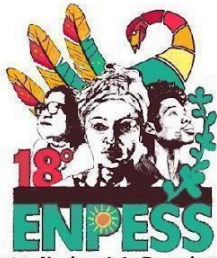
A segurança pública na Maré é outro ponto crítico, onde a presença quase constante de operações policiais intensifica a insegurança e cria um ambiente de medo e vulnerabilidade. Abramo (2003) chama atenção para o conceito de "ausência planejada", onde a omissão do Estado em fornecer políticas públicas eficazes resulta na marginalização sistemática de comunidades como a Maré. A violência policial, em vez de garantir a segurança, contribui para a perpetuação da exclusão social, restringindo o acesso dos moradores a direitos fundamentais.

Carvalho (2001) discute como esse direcionamento nas políticas públicas reflete uma cidadania incompleta. Nesse sentido, identificamos como a negligência do Estado em fornecer serviços essenciais, como saúde, educação e segurança, impede que os moradores da Maré usufruam plenamente de seus direitos. A falta de um compromisso efetivo com a melhoria dos equipamentos públicos e com a implementação de políticas inclusivas e adaptadas à realidade local perpetua um ciclo de desigualdade e exclusão que afeta milhões de brasileiros, e explicita o projeto de sociedade do capital, de uma cidade apenas para uma parte da população. Essa realidade expõe as profundas desigualdades sociais e a necessidade de um olhar mais atento às demandas das periferias urbanas.

Aqui, a violência armada também será um indicador muito claro da negligência do Estado. O número de mortes por conflitos armados no Estado do Rio de Janeiro, além de alarmantes, apontam para a crise do sistema de segurança pública, ao aprofundamento da desigualdade social e à fragilização das políticas públicas. Os dados apontam para a maneira como os territórios de favelas são afetados:

É provável que parte significativa dessas mortes se deva aos conflitos entre quadrilhas, associados ou não ao tráfico de drogas. A esse quadro, conviria agregar graves violações de direitos humanos, entre as quais as mortes praticadas por policiais em confronto com civis, suspeitos de haver cometido crimes, como também aquelas cometidas por justiceiros e grupos de extermínio (Adorno, 2002, p. 1)

Tais mortes expressam uma característica explícita da maneira como o Estado lida com as classes populares, especialmente com a população moradora de favelas. Esta relação do Estado com os territórios de favelas, apesar de se apresentar como algo paliativo, é um *projeto*. Projeto este que possui como base o racismo e o ódio de classe da formação social brasileira e que tem



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

como objetivo a dominação de uma classe sobre a outra:

(...)a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (Mbembe, 2020, p.123).

Esta dominação violenta só é possível ao concebermos o racismo estrutural como produto dessa estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de capital. O racismo estrutural possui seus fundamentos na base material da sociedade brasileira, é justamente a sua dimensão estrutural que torna possível a manifestação individual/comportamental e institucional do racismo na sociedade. Esta compreensão é imprescindível para o entendimento da violência como elemento de ordem e funcionamento das estruturas e relações de poder no capitalismo, com o racismo como ferramenta essencial dessa dominação (Oliveira, 2023).

### **3. A educação na Maré: as múltiplas violências sofridas por crianças e adolescentes**

A educação, historicamente no Brasil, foi uma das áreas de disputa entre o projeto do capital, aliado aos interesses do mercado, e o projeto do direito social. Dois campos se constituem, não apenas em torno de projetos distintos de educação, mas também de projetos de sociedade. De um lado um projeto privatista, que alimenta o desenvolvimento capitalista e transforma tudo em mercadoria. De outro lado, o projeto da educação como direito social, e dever do Estado, portanto direito de todas as pessoas. A educação só se torna um direito de forma muito tardia, certamente como resquício de uma sociedade de capitalismo tardio, escravocrata, racista e machista, que segrega pelo acesso ao conhecimento.

Ao longo dos tempos, a educação, assim como a instituição escolar, vem assumindo diferentes funções na formação dos indivíduos. As diferenças, avanços, retrocessos e desafios são impulsionados pelo momento histórico, social e econômico da sociedade, ou seja, a educação e a escola assumem ações e funções diferenciadas de acordo com as orientações do Estado.

Para Gramsci (2000), a escola é, na organização capitalista, um aparelho privado de hegemonia, sendo orientado pelos interesses da classe que domina economicamente, e tendo no Estado, o seu agente condutor. Mas apesar do processo de hegemonia dos interesses da classe dominante, por conta da correlação de forças entre as classes essenciais, algumas das demandas da classe trabalhadora são absorvidas, como se expressa no caso da Maré com a ampliação significativa de unidades de ensino.



[...] o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista[...]. (Gramsci, 2000, p. 427)

Em um olhar desatento e rápido sobre a realidade educacional do conjunto de favelas da Maré, pode induzir a um erro importante, limitando a análise sobre o sistema educacional apenas ao aumento dos equipamentos. A área da educação, é a política pública, que mais se ampliou no território, aumentando de forma considerável o número de unidades de ensino. Em menos de 10 anos passaram de 16 para 50 escolas. Observando sem analisar a realidade, de imediato pode-se projetar que a educação na Maré avançou muito.

No início dos anos 2000, em um levantamento realizado pela Redes da Maré, foi possível constatar empiricamente, que de cada 15 turmas do 5º ano do ensino fundamental, apenas uma chegava ao 9º ano. Objetivamente não havia condições de verificar se de fato os adolescentes paravam de estudar, mas ao analisar a rede pública de ensino do bairro Maré, evidenciava a constatação de que não havia no território, escolas para atendimento de todas as crianças que finalizaram o primeiro segmento do ensino fundamental. Ou os adolescentes paravam de estudar, ou tinham que se deslocar para estudar em escolas fora das comunidades, em outros bairros.

A primeira escola pública da Maré foi fundada em 1936, em 202 já haviam 23 unidades de ensino e em 2018 completaram 49 escolas. A ampliação das unidades de ensino, não representa uma melhoria significativa na educação da Maré. Nas escolas da Maré, segundo a pesquisa Análises: o direito à educação na Maré, apenas 49% das unidades de ensino possuem biblioteca; apenas 31% possuem laboratório de informática, 53% possuem quadra de esporte; 29% não possuem nenhum tipo de acessibilidade para crianças e adolescentes com deficiência; apenas 49% possuem material pedagógico de educação étnico-racial, e apenas 37% possui internet disponível para os estudantes. Alguns dados que demonstram o quanto a ampliação de unidades não se reverbera em qualidade para todos os estudantes (Redes, 2024).

Os dados do último índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), referente a 2023, publicizado no mês de agosto de 2024, revelam que o estado do Rio de Janeiro ficou na penúltima colocação, com nota 3,3, entre a educação estadual de todo o país, à frente apenas do estado do Rio Grande do Norte, retrocedendo a condição que tinha em 2021. No município, a Secretaria Municipal de Educação (SME), comemorou o resultado por ter ficado com média 6,0



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

nos anos iniciais, o que a coloca na 2º posição no ranking entre as redes municipais das capitais da região Sudeste e possibilita uma subida de posição no ranking nacional, de 14ª, em 2021, para 8ª, em 2023. A média das redes municipais do Brasil foi de 5,8 nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Já nos anos finais, a rede municipal do Rio de Janeiro ficou em 1º lugar no ranking da região Sudeste, com 5,2 e 5º lugar no ranking nacional, subindo da 11ª posição de 2021, sendo a média nacional 4,6.

São muitos os questionamentos sobre o IDEB, já que o índice não considera as desigualdades regionais e locais, a particularidade dos territórios de favela, e os inúmeros atravessamentos que os estudantes vivem. A esses questionamentos, podem ser somados, a invisibilidade da violência armada em territórios de favelas, além de merecer questionamento a absoluta desigualdade entre os territórios da cidade que se reverberam em escolas diferentes e profundamente desiguais. A SME comemorou o resultado do IDEB, mas nas escolas da Maré, das 17 que atenderam, em 2023, o 5º ano do ensino fundamental, uma teve um número de participantes insuficiente para que os resultados fossem divulgados, duas ficaram com o IDEB acima da média da rede municipal para os anos iniciais, duas ficaram com média igual e 12 escolas ficaram com o índice menor que o da rede (que foi de 6,0, como já mencionado). Entre as cinco escolas que ofereceram o 9º ano do Ensino Fundamental em 2023, duas ficaram acima (5,3 e 5,4) e três ficaram abaixo (4,6; 4,7 e 4,8) da média de 5,2 obtida pela rede municipal nos anos finais.

Mesmo com a ampliação do número de escolas da Maré, a realidade do funil educacional persiste. Em 2024, das 49 unidades de ensino públicas, 46 são vinculadas ao município do Rio de Janeiro e apenas 04 são vinculadas ao governo do estado, como já mencionado nesse texto. Esses números explicita a expulsão escolar decorrente da não oferta de vagas para o ensino médio dentro das comunidades da Maré. Para quem sonha em cursar um curso superior e continuar os estudos, a alternativa é estudar fora da Maré. O que impõem um conjunto de outras dificuldades, que passam pelo fato de o jovem de espaço popular ser demandado a trabalhar e nem sempre conseguir conciliar o trabalho com o estudo, em especial quando demanda longos deslocamentos. Das quatro unidades de ensino que atendem ao ensino médio, apenas duas são exclusivamente do estado, e as outras duas, são de dia utilizadas pelo município e a noite pelo estado. O compartilhamento de espaço físico das escolas é uma das ações desenvolvidas para buscar mitigar o déficit.

Essa realidade, durante a pandemia, escancarou a precariedade não apenas das unidades de ensino, mas também das condições de vida das crianças e adolescentes da Maré, que em sua maioria não tiveram possibilidade de acompanhar o processo educativo nesse período, por conta do não acesso à tecnologia. A pesquisa Educação de meninas e covid-19 no conjunto de favelas da Maré (Redes, 2021), realizada no segundo semestre de 2020, revelou que 34,7% das 1.009 meninas e mulheres entrevistadas não tinham acesso à internet e 74,1% não possuíam computador para acompanhar as aulas remotas. Na maior parte das famílias com crianças na escola, o relato recorrente de que no domicílio só existe um equipamento de celular, é que isso dificultava o acompanhamento das atividades direcionadas pelas escolas. Dos entrevistados, 61,2% declararam ter celular, mas seu uso no domicílio era compartilhado. Na pesquisa qualitativa, ficou evidente, que nessas famílias, o acesso ao celular compartilhado só se dava quando o responsável retornava para casa, uma vez que para as famílias mais pauperizadas, o isolamento social não foi uma realidade, já que tinham que ir buscar formas na rua de prover a existência, seja no trabalho, ou pedindo ou buscando alimentos descartados nos lixos das áreas urbanas nobres.

A pesquisa Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, também realizada pela Redes da Maré (2022), confirmou dados alarmantes. A pesquisa entrevistou 89 pessoas, dentre estudantes, profissionais de educação e gestores públicos, e aplicou questionários para 832 pessoas (630 estudantes, 100 responsáveis e 110 profissionais de educação) no período de março a outubro de 2021. Os resultados indicaram que, segundo os próprios estudantes, 48% não aprendeu nada e 26% aprendeu pouco; 20% não conseguiu se organizar e 35% teve dificuldades de adaptação ao ensino remoto, mesmo com acesso à internet. Porém, 40% dos mesmos estudantes relataram ter tido problemas de acesso à internet ou posse de equipamento eletrônico.

Os impactos reais da educação mediada por tecnologia, em um contexto de excepcionalidade, como foi a pandemia, certamente só será devidamente mensurado daqui a uns anos. Mas já é possível identificar, que em contexto de maior precariedade, pobreza e ausência de políticas públicas e sociais, os impactos vão ser de longo prazo. A rede privada, tão logo houve a possibilidade de retorno às atividades presenciais, buscou formas de tratar os déficits educacionais do período pandêmico, mas na rede pública, muito pouco ou nada foi efetivamente realizado. As crianças das escolas da Maré, como expressão dos filhos e filhas da classe



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

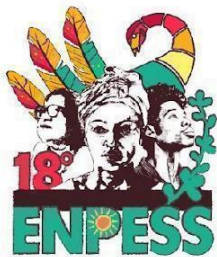
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

trabalhadora em diferentes territórios do país, carregam, ainda hoje, a defasagem série-idade e a ausência de conteúdo, além de sofrerem os efeitos de uma estrutura escolar precária, com falta de professores e recursos pedagógicos.

Mas a essa realidade, um outro elemento, de violação de direitos por parte do Estado, atinge a vida educacional na Maré, que é a violência armada. Para efeito desse artigo, e como fruto de pesquisas em curso, compreendemos que a violência armada é a imposta pela ação violenta do Estado através de sua política de (in)segurança pública, e também, os conflitos e o domínio do território pelos grupos armados locais da venda de drogas no varejo. Mas, na atual pesquisa, estamos nos debruçando sobre o impacto da violência armada do Estado na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré. Ou seja, mesmo reconhecendo as múltiplas violências, e que a violência armada vem de distintos sujeitos sociais, estamos buscando mensurar e qualificar o impacto da violência gerada, de forma planejada, pelo poder público.

Até o fim de agosto, já haviam ocorrido na Maré, 32 operações policiais, com 28 dias de fechamento de escolas, só no ano de 2024. Segundo o GENI (2023, p. 04), “as ações oficiais [policiais] produziram quase três vezes mais chacinas que os grupos armados e vitimaram praticamente o triplo de pessoas”, só no período de 2016 a 2021. Os impactos dessa violência são incalculáveis sobre a vida da população, mais em especial, na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré. Como identificado na pesquisa Impactos da violência na vida escolar de crianças e adolescentes da Maré, iniciada em 2024, em um universo de 84 entrevistados do 5º e 9º ano do ensino fundamental, 92% considera que atrapalha as aulas e o processo de aprendizagem. O que já é deficitário, devido à falta de professores, de estrutura e material pedagógico, se torna ainda pior com o fechamento constante das escolas.

Objetivamente, a percepção da realidade, a partir da inserção na Maré, nos indica impactos graves no que tange a conteúdos, reposição de aulas, banalização da violência, e ansiedade gerada e/ou agudizada, em crianças e adolescentes. Mas a pesquisa confirma a percepção, de uma forma devastadora. A violência, na percepção de 90,5% das crianças e adolescentes entrevistados, está ligada a alguma forma de agressão física, verbal ou psíquica, entre elas a violência armada, que acaba por gerar, não apenas agressões físicas, mas também psíquica, com efeitos nem sempre mensuráveis imediatamente. O efeito físico de um tiro é percebido imediatamente, mas os efeitos psicológicos do tiro nem sempre, por isso o desafio de realização da pesquisa Impactos da violência armada na vida de crianças e adolescentes da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

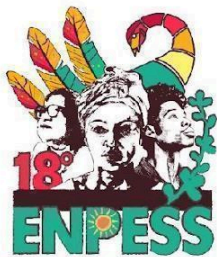
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Maré, que busca visibilizar essa realidade, para além dos dados de fechamento de equipamentos públicos.

Os efeitos psicológicos são imensuráveis, é possivelmente, para algumas das crianças e adolescentes, irreversível, uma vez que não vão ter acesso a acompanhamento social e psicológico que a realidade requer. Acordar com o caveirão na porta de casa, ou chegar na escola e ver o carro blindado da polícia no pátio, pode causar efeitos, nem sempre verbalizados e tratados, mas certamente sentidos. Na pesquisa, crianças e adolescentes identificam alguns dos efeitos subjetivos da violência armada. Entre os entrevistados, 83% considera que é ampliado o medo de ir à escola; 78% considera que amplia a perda de concentração; 64% considera que amplia a insegurança na escola; 63% considera que impacta na paciência; 62% considera que amplia a perda de interesse pela escola e 61% considera que provoca mais ansiedade. Ou seja, a ação planejada do Estado servindo para gerar elementos já conhecidamente estruturantes do processo de evasão escolar. Os efeitos psíquicos na vida de crianças e adolescentes, apesar de ser considerado um determinismo, é identificado como um dos elementos estruturadores da perda de estímulo para a continuidade na escola. Além de serem elementos determinantes para a distorção série-idade, que por fim, também reverbera em desestímulo em permanecer na escola.

Entre os efeitos mais perceptíveis, identificados nessa primeira fase da pesquisa, merecem destaque o fato das crianças e adolescentes entrevistados, considerarem que violência e toda e qualquer forma de agressão física, psíquica ou verbal, perfazendo o universo de 90,5% dos respondentes. Como efeitos da violência armada, 82% dos estudantes consideram que impacta a sua vida na escola e 78,6% considera que muda a rotina da escola. Ou seja, a percepção daqueles que são os mais afetados, é de que a política de (in)segurança pública do Estado afeta sua vida.

Também faz parte da percepção dos estudantes, o que perdem com a violência armada, merecendo destacando o fato que 98% considera que impacta na perda de dias de aulas; 93% considera que impacta no processo de aprendizado, sendo que 64% considera que impacta muito; 93% considera que impacta no fechamento da escola nos dias seguintes às operações e 87% considera que amplia a perda de matérias. Perder dias de aula, conteúdos, afeta diretamente o processo de ensino aprendizagem, o que se junta com os efeitos psíquicos e subjetivos também gerado pela violência. Importante identificar que a simbiose entre efeitos subjetivos-psíquicos-simbólicos e os efeitos materiais, conformam um ambiente aversivo a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

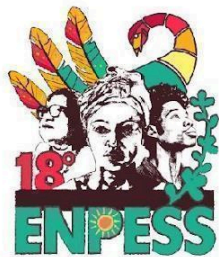
Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

continuidade do ensino, o que se junto com as necessidades matérias das famílias pobres de se sustentarem, e a cada vez mais, terem que demandar que crianças e adolescentes se inseriam em atividades laborais, mesmo que seja cuidar do irmão mais novo que não conseguiu vaga na educação infantil e na escola.

Também merecem destaque e reflexões, o fato de nos dias de conflito armado, seja por operação policial ou conflito entre grupos armados local, a 70,23 % das crianças fica em casa, junto com um responsável. Ou seja, ou o responsável não tem trabalho fora de casa, ou tem que faltar o trabalho, o que nem sempre é reconhecido como uma falta justificada e não descontada, para os que tem emprego formal. E para os que trabalham informalmente, ficar em casa, na maior parte das vezes significa perder um dia de 'ganho'. Em todas as situações a realidade de fechamento das escolas impacta não apenas as crianças e adolescentes, mas também as suas famílias.

As pesquisas demonstram que existem poucas propostas, por parte do poder público, para lidar com os impactos da violência armada. Além de serem os geradores de tal violência - seja com as inúmeras operações policiais ou seja com a negligência que possibilita o domínio do território pelos grupos armados, o poder público também não trata a questão da violência nos equipamentos públicos e não prepara as equipes das escolas para tal. Essa realidade é evidente para os estudantes, já que 63%, quando perguntados sobre o que acontece no dia posterior ao conflito armado na sua escola, responderam que não há nenhuma atividade que trate sobre os conflitos, e apenas 16,67% responderam que há alguma atividade. Não tratar o tema da violência, desprezar a realidade do território, é contribuir para invisibilização da situação, assim como é desprezar os efeitos objetivos e subjetivos de tal violência, tornando-se mais uma violação de direitos.

A pesquisa também demonstrou que quando há operação policial e conflito armado no território, que leva ao fechamento das escolas, os conteúdos não são repostos em forma de aula regular. A ausência desses conteúdos é identificada pelos estudantes, para 51,2% não há acesso aos mesmos do dia no dia. Dos respondentes, 48,8% identificam que há indicação de acesso ao conteúdo do dia no mesmo dia, porém de formas questionáveis, como apontado pelos estudantes. Desses que afirmam ter acesso aos conteúdos do dia, 83% afirmam fazê-lo pelo *whatsapp*, realizando os exercícios no caderno; 15% afirma acessar a plataforma digital do poder público, para ver a matéria do dia, e 2% não acessa, pois não tem acesso à internet. Ou seja, aqui se



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

identifica que a principal forma de reposição de conteúdo, em dias de violência armada e fechamento das escolas, é mediado pela tecnologia, o que era excepcional para o período da pandemia, torna-se a forma indicada pelo poder público para repor conteúdos, reafirmando o mesmo lugar de um conteúdo que não é tratado de forma devida, ampliando as lacunas no aprendizado.

De forma geral, quando perguntados sobre os conteúdos, suas ausências e deficiências, as crianças e adolescentes reconhecem as perdas. Dos respondentes 39 consideram que os professores ‘correm’ com a matéria para dar todo o conteúdo; 26 consideram que não há mudança no planejamento, o que acarreta perda de conteúdo uma vez que 56 (66,7%) afirmam não haver reposição das aulas. Apenas 11,9% dos respondentes indicaram alguma forma de reposição de conteúdo/aula (saindo mais tarde e enviando material para casa) e 57,1% sentem falta de mais matérias/conteúdos.

Seja pela reposição indevida e precária de conteúdos, ou seja, pela não reposição, as crianças e adolescentes da Maré são a cada dia marcadas com deficiências educacionais, que amplia defasagens que podem levar a processos de evasão, de desestímulo a permanência e continuidade dos estudos, a sentimentos de incapacidade de sonhar e almejar o acesso ao ensino superior.

Os elementos aqui apresentados, apontam para os inúmeros desafios postos ao acesso à educação básica de qualidade, mas também aos desafios postos para a democratização da educação pública superior. Para que as cotas no ensino superior façam sentido, é necessário que os jovens das favelas, acessem e concluam o ensino médio. Desvelar as diferentes formas de expulsão da escola pública de amplos segmentos das periferias brasileiras, assim como denunciar o funil educacional gerado pelo gerenciamento do Estado, à serviço do Capital, é tarefa de todos que defendem as liberdades democráticas, mesmo que nos limites da ordem do capital.

#### **4. Considerações finais**

Com o objetivo de tornar a pesquisa, de fato, participativa, buscamos, como aponta Brandão (2006, p. 23), “ouvir as vozes dos destinatários, pessoas ou coletivos dos programas de ação social (...) “dar a voz” e deixar que de fato “falem” com as suas vozes as mulheres e homens [no caso também crianças e adolescentes] que em repetidas investigações anteriores acabavam reduzidos à norma dos números e ao anonimato do silêncio das tabelas”. “Ouvir” crianças e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

adolescentes do conjunto de favelas da Maré, é parte da opção metodológica, que compõe o método materialista dialético, utilizado nesse processo.

Visibilizar a grave desigualdade educacional, agravada pela violência armada, na Maré, é reconhecer que a opção de matar ou deixar morrer, como afirma Mbembe (2020), é realizada na Maré, não apenas pela ação direta de assassinar, mas também de reduzir as possibilidades de existência, o que passa pela negação à educação, como forma de limitar o presente e o futuro, ampliando a geração de desalentados, criminalização a pobreza, e revitalizando o racismo estrutural que funda o capitalismo na particularidade brasileira.

## 5. Referências

- ABRAMO, Pedro. (2003), "A Teoria Econômica da Favela: Quatro Notas sobre a Localização Residencial dos Pobres e o Mercado Imobiliário Informal", in P. Abramo (org.), A Cidade da Informalidade. O Desafio das Cidades Latino-Americanas. Rio de Janeiro, Sette Letras/FAPERJ.
- ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. 132, p. 7-8, abr./jun. 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa Participante - a partilha do Saber*. Aparecida: Editora Ideias e Letras, 2006.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000). *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FARAGE, Eblin Joseph. *Estado, território e cotidiano no Conjunto de Favelas da Maré*. Rio de Janeiro, Editora Mórula, 2023.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006.
- HIRATA, Daniel, GRILLO, Carolina, DIRK, Renato e LYRA, Diogo. Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI), UFF. *Relatório de Pesquisa Chacinas Policiais*. Niterói, maio de 2022. Disponível: <https://geni.uff.br/relatorios/> Acesso em: 20 de agosto de 2024.
- IANNI, Otávio. *Pensamento Social no Brasil*. São Paulo: Editora EDUSC, 2004.
- KOWARICK, Lucio. *A Espoliação Urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica - Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: Editora N-1, 2020.
- Redes da Maré. *Censo Populacional da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019. Disponível em: [https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare\\_WEB\\_04MAI.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/CensoMare_WEB_04MAI.pdf)> Acesso em 29/08/2024.
- \_\_\_\_\_. *Educação de Meninas e COVID-19 no Conjunto de Favelas da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2021. Disponível em:





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/pesq\\_covid\\_mare\\_PORT\\_web60369a328ca93.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/pesq_covid_mare_PORT_web60369a328ca93.pdf),> Acesso em 20/08/2024.

\_\_\_\_\_. Covid-19 e o acesso à educação nas 16 favelas da Maré: impactos nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio: Redes da Maré, 2022. Disponível em: <[https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Educacao\\_Pesquisa\\_Mare.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/Educacao_Pesquisa_Mare.pdf)>. Acesso em 20/08/2024.

\_\_\_\_\_. Infográfico de Segurança Pública na Maré 2024. Disponível em: [https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM\\_SegPubli\\_infografico\\_2024](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RdM_SegPubli_infografico_2024). Acesso em 29/08/2024.

\_\_\_\_\_. Boletim: O direito à Educação na Maré. Redes da Maré, 4ª edição, agosto de 2024. Disponível em: [https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RDM\\_Analisesdireitoeducacaom.pdf](https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/RDM_Analisesdireitoeducacaom.pdf) . Acesso em 29/08/2024.

\_\_\_\_\_. Site institucional da *Redes da Maré*. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/>. Acesso em 29/08/2024.

OLIVEIRA, Dennis. Racismo Estrutural - uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2023.

THIOLLANT, Michel. Metodologia de Pesquisa-ação. São Paulo: Editora Cortez, 2011.